

**HISTORICIDADE DA PESCA NA COMUNIDADE RIO DA ILHA ITAMARACÁ,
MUNICÍPIO DO CURUÁ – PARÁ – BRASIL**

**HISTORICITY OF FISHING IN THE RIO DA ILHA ITAMARACÁ COMMUNITY,
MUNICIPALITY OF CURUÁ – PARÁ – BRAZIL**

**HISTORICIDAD DE LA PESCA EN LA COMUNIDAD RÍO DE LA ISLA ITAMARACÁ,
MUNICIPIO DE CURUÁ – PARÁ – BRASIL**



10.56238/revgeov16n5-190

Raul Rocha Silva

Graduando em Engenharia de Pesca

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

E-mail: raulrochasilva111@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7933-6790>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9279507274764658>

Rita de Cássia Campos Imbiriba

Graduanda em Engenharia de Pesca

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

E-mail: rittacamposs@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6328-3143>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9681753354078769>

Charles Hanry Faria Junior

Doutor em Ciências Pesqueiras nos Trópicos

Instituição: Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

E-mail: charles.faria@ufopa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2124-1351>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7628717670599046>

Tony Marcos Porto Braga

Doutor em Ecologia

Instituição: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

E-mail: tony.braga@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5430-9754>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0529014960966788>

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo descrever a história de vida dos pescadores e pescadoras da comunidade Rio da Ilha Itamaracá, no município de Curuá, no Estado do Pará, avaliando os conhecimentos adquiridos, compartilhados e associados à pesca, as narrativas das mudanças ocorridas nas atividades e estratégias de pesca e de outras atividades produtivas comunidade. Os dados foram



coletados através de entrevistas do tipo não-estruturada, fazendo uso de um roteiro com tópicos norteadores que permitiu trabalhar com a triangulação dos dados e interpretar as narrativas, experiências pessoais e entrevistas, os conhecimentos sobre o passado da pesca, apresentando as lembranças, sendo uma pesquisa com base na história oral temática do primeiro autor. Os resultados demonstraram que o conhecimento adquirido com a prática de pesca entre os moradores da comunidade era amplo e compartilhado entre famílias e parceiros de pescarias, o que incluía as mulheres nessa atividade. Para isso os pescadores e pescadoras usavam diversos ambientes e diferentes apetrechos para realização de suas pescarias. Além da pesca, a produção de fibra de juta foi uma atividade que mereceu destaque entre as atividades produtivas que já foram realizadas na região.

Palavras-chave: Rio Amazonas. Lagos de Várzea. Pescador Ribeirinho. Narrativas.

ABSTRACT

This study aimed to describe the life stories of the fishermen and fisherwomen of the Rio da Ilha Itamaracá community, in the municipality of Curuá, in the state of Pará, evaluating the knowledge acquired, shared, and associated with fishing, the narratives of changes that have occurred in fishing activities and strategies, and other productive activities in the community. The data were collected through unstructured interviews, using a script with guiding topics that allowed for data triangulation and interpretation of narratives, personal experiences, and interviews, as well as knowledge about the past of fishing, presenting memories. This research is based on the thematic oral history of the first author. The results demonstrated that the knowledge acquired through fishing practices among community residents was extensive and shared among families and fishing partners, including women. Fishermen and fisherwomen used diverse environments and different equipment for their fishing. In addition to fishing, jute fiber production was a noteworthy activity among the productive activities previously carried out in the region.

Keywords: Amazon River. Floodplain Lakes. Riparian Fisherman. Narratives.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo describir la historia de vida de los pescadores y pescadoras de la comunidad Río de la Isla Itamaracá, en el municipio de Curuá, en el Estado de Pará, evaluando los conocimientos adquiridos, compartidos y asociados a la pesca, las narrativas de los cambios ocurridos en las actividades y estrategias de pesca y de otras actividades productivas de la comunidad. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas no estructuradas, haciendo uso de un guion con temas orientadores que permitió trabajar con la triangulación de los datos e interpretar las narrativas, experiencias personales y entrevistas, los conocimientos sobre el pasado de la pesca, presentando los recuerdos, siendo una investigación basada en la historia oral temática del primer autor. Los resultados demostraron que el conocimiento adquirido con la práctica de la pesca entre los habitantes de la comunidad era amplio y se compartía entre familias y compañeros de pesca, incluyendo a las mujeres en esta actividad. Para ello, los pescadores y pescadoras utilizaban diversos entornos y diferentes utensilios para llevar a cabo sus actividades de pesca. Además de la pesca, la producción de fibra de yute fue una actividad que mereció destacarse entre las actividades productivas que ya se habían realizado en la región.

Palabras clave: Río Amazonas. Lagos de Tierra Baja. Pescadores Ribereños. Narrativa.



1 INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais, como as de pescadores amazônidas, dão grande importância a mitos e rituais associados às suas atividades cotidianas de sobrevivência, que os identifica por pertencer a uma cultura que os distingue de outras. Um dos atributos característicos na vida do pescador é a reprodução de seus modos de vida, por intermédio de elementos de cooperação social e de especificidades nas relações com a natureza, que tendem a ser particulares e que devem ser levadas em consideração quando se trata de manejo sustentado do meio ambiente (Diegues, 2000; Oliveira-Monteiro; Scachetti; Nagib, 2017).

A análise da reprodução social de formas tradicionais de produção, como as atividades de pesca na Amazônia, passa pela identificação dos fatores que desencadeiam ou desencadearam as transformações em um dado período histórico e seu grau de importância. Entender as mudanças, os fenômenos sociais em uma escala temporal são de extrema importância, pois a ordem e rapidez dos acontecimentos afetam seus resultados (Capellesso; Cazella, 2011).

Nesta temática é importante levar em consideração a memória recordada por cada indivíduo e isso só é possível por ela estar inserida dentro de um grupo social no qual o indivíduo faz parte. Por isso, ela é coletiva e não individual e está intimamente ligada à história e à cultura, além de serem constituídas de contextos diversos como uma representação da realidade. O modo de narrar, de lembrar é individual pois um grupo pode transmitir, reter e reforçar as lembranças, mas ao recordador/pesquisador, ao trabalhá-las vai individualizar a memória comunitária (Chauí, 1995; Hawbachs, 2006).

Devemos perceber, portanto, que as relações do passado se tornam presentes por meio das lembranças e de acordo com Sartori (2013): “... *o idoso é a peça fundamental na transmissão dos valores e crenças de uma geração*”. Nesse sentido, é importante verificar valores, crenças e as características das atividades pesqueiras que são comuns às lembranças dos pescadores, como também os aspectos que lhes são divergentes e o contexto em que cada um constrói suas lembranças, pois a memória é estritamente social e coletiva, apesar de constituir-se em uma individualidade (Cavalli *et al.*, 2017).

Nesse cenário, o presente trabalho teve por objetivo descrever a história de vida dos pescadores e pescadoras da comunidade Rio da Ilha Itamaracá, no município de Curuá, no Estado do Pará, avaliando os conhecimentos adquiridos, compartilhados e associados à pesca, as narrativas das mudanças ocorridas nas lidas e estratégias de pesca, além de descrever o surgimento de outras atividades produtivas relacionadas à relação homem e a natureza na comunidade.

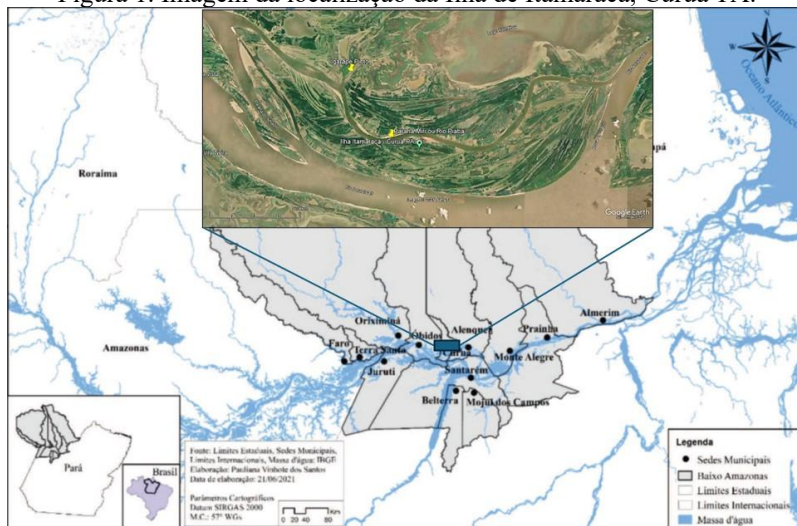


2 METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO

A comunidade Rio da Ilha Itamaracá ($2^{\circ}6'37,20''\text{S}$ e $55^{\circ}10'52,29''\text{O}$) se localiza no município de Curuá ($01^{\circ}53'19''\text{S}$ e $55^{\circ}10'11''\text{O}$), que possui 1.431,134 km² de extensão territorial, 14.117 habitantes e está inserido na mesorregião do Baixo Amazonas e microrregião de Santarém, a aproximadamente 736 km de Belém -PA (Fapespa, 2023) (Figura 1).

Figura 1. Imagem da localização da Ilha de Itamaracá, Curuá-PA.



Fonte: Adaptado de Soares et al. (2022) e Google maps (2025).

2.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para entender a memória associada à pesca o presente trabalho foi feito numa perspectiva da história oral dos pescadores e pescadoras, buscando ouvir e registrar as vozes dos sujeitos/atores que muitas vezes estão excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela (Alves, 2016). Os dados foram coletados entre o mês de março de 2023 e junho de 2025, através de entrevistas do tipo não-estruturada, fazendo uso de um roteiro com tópicos norteadores que permitissem trabalhar com a triangulação dos dados.

No presente trabalho se buscou interpretar os dados obtidos em narrativas, experiências pessoais e entrevistas, os conhecimentos sobre o passado da pesca, apresentando as lembranças, sendo uma pesquisa com base na história oral temática do primeiro autor, o que proporciona momentos em que o leitor possa se imaginar no local da entrevista ou da conversa, como se estivesse participando junto com o pesquisador (Stefanutti *et al.*, 2014; Cardin, 2014).

Nos primeiros tópicos realizou-se a descrição da região de estudo, com um histórico e suas percepções acerca de transformações e mudanças ambientais e tecnológicas que afetaram a pesca artesanal local. Os tópicos seguintes descrevem o ponto de vista do primeiro autor sobre si mesmo enquanto pescador artesanal, abordando o seu cotidiano na atividade pesqueira e nas transformações das estratégias de pesca com o uso de seus apetrechos de pesca.



O desenho metodológico da pesquisa é, portanto, de natureza qualitativa, onde as técnicas empregadas têm como base, além do levantamento bibliográfico, as histórias de vida dos pescadores e pescadoras, por serem documentos dos quais se pode apreender a concepção de mundo do informante (Lima, 2007). De acordo com Stefanutti et al. (2014) este tipo de método estabelece uma relação mais humanística entre sujeito e pesquisador por fornecer subsídios para uma melhor compreensão do cotidiano do pescador através das narrativas faladas, seus gestos, seus espaços e cenários descritos por pessoas reais, que possuem memórias, que sentem, presenciam, presenciaram, vivem e podem narrar suas experiências de vida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A GÊNESE DA COMUNIDADE DE RIO DA ILHA ITAMARACÁ

A comunidade Rio da Ilha Itamaracá começou a se estruturar no final do século XIX, por volta de 1880, após o término da escravização africana, quando os libertos buscaram terras devolutas para se abrigar e se libertar do jugo de seus ex-senhores. A junção dessa população com os mestiços nativos, que habitavam o território da Ilha, deu incio a expansão da ocupação local.

Localizada na margem direita do Rio da Ilha, faz limite com o município de Óbidos/PA no Paraná de Baixo. Até o ano de 1995 a região onde está localizada a comunidade pertencia ao município de Alenquer/PA, passando a se constituir como município de Curuá/PA após a expedição da Lei nº 5.924, de 28 de dezembro de 1995 (FAPESPA, 2023). Atualmente a localidade está inclusa na área do território do Projeto de Assentamento Agroextrativismo – PAE Madalena.

Segundo os relatos dos informantes (dois com idades acima de 83 anos), as primeiras famílias a se assentarem nesse espaço geográfico foram: A família Silva (ascendentes do primeiro autor desse artigo); a família Marinho (Simão Gomes Marinho e sua esposa Francisca Gomes Marinho); a família Carvalho (Faustino Carvalho e sua esposa Maria de Oliveira; Paulo Carvalho e sua esposa Antônia Carvalho); a família Gomes (Vicente Gomes e sua esposa Rosa Gomes); a família Chaves (Antônio Chaves e sua esposa Irondina Cardoso) e a família Ribeiro (Manoel Ribeiro, mais conhecido por manducão, e sua esposa Alcides Ribeiro).

Os primeiros habitantes da localidade possivelmente foram os indígenas, o que pode ser constatado por inúmeros vestígios arqueológicos que ainda se encontram naquele território. Alguns deles são denominados, localmente, de malocas e são localizados nas restingas mais altas da Ilha do Meio (margem direita) e da Ilha Itamaracá (margem esquerda). Acredita-se que da miscigenação desses povos com os primeiros colonizadores portugueses se intensificou o processo de ocupação desse território, principalmente a partir do século XVIII, em função da exploração do cultivo do cacau nativo e posteriormente ao plantio e cultivo de juta.



Ferreira e Homma (2019) fazem uma importante descrição sobre as atividades de juta na Amazônia. De acordo com esses autores, a juta, planta exótica no Brasil, teve seu desenvolvimento ligado ao processo de imigração japonesa. Segundo os autores acima citados, Brasil e Japão contribuíram para o surgimento de uma nova modalidade agrícola que dinamizou a economia dos estados do Amazonas e do Pará no período pós-produção da borracha e pré Zona Franca de Manaus. Todavia, essa nova modalidade agrícola se liga também à Índia, mais especificamente à cidade de Calcutá de onde vieram as primeiras sementes de juta para o Brasil.

Gomes (2018) informa que a região amazônica, no período colonial, era responsável por abastecer o mercado europeu com especiarias e produtos de origem animal, tendo seu início na primeira metade do século XVII, o chamado “*ciclo das drogas do sertão*” e que perdurou até o começo do século XVIII. Após o fim do ciclo das drogas do sertão iniciou-se o ciclo do extrativismo e do plantio semi-domesticado do cacau nativo. Tal ciclo foi a primeira atividade de grande importância econômica realizada na região, se mantendo até a época da Independência do Brasil, quando foi superado pelos plantios da Bahia.

Barbosa e Pereira (2025) também afirmam que a coleta das drogas do sertão (cacau selvagem, cravo, canela do mato, salsaparrilha, baunilha, tinta de urucum, anil, óleo de copaíba e outras) proporcionava lucros à Coroa Portuguesa, via exportação. Esses autores afirmam ainda que Portugal incentivava as práticas agrícolas na Região com as políticas Pombalinas, sem abandonar, no entanto, a coleta das drogas do sertão.

Além do cultivo do cacau que se destacava na produção econômica para exportação, também existiam outras produções em menor escala, paralelas a essa como: peixes salgados seco, especialmente o pirarucu (*Arapaima gigas*), o couro e a carne de jacaré-tinga (*Caiman crocodilus*) e de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), o couro do camaleão (*Iguana iguana*), o couro do jacuraru (*Tupinambis sp.*), o couro do jacuruxi (*Dracaena guianensis*), couro de sucuriçú (*Eunectes sp.*) e jiboia (*Boa constrictor*).

Nos anos seguintes aumentou a produção cacaueira e outras atividades comerciais começaram a despontar na região, tais como: criação de bovinos, suínos e caprinos. Em finais do século XIX e por todo século XX, outras atividades passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores da comunidade do Rio da Ilha, como a extração de conchas através de mergulho na época do verão (menor profundidade nos paranás), extração de madeira, transformadas em lenha, para abastecer o consumo das caldeiras de navios a vapor que passaram a trafegar pela região.

Leal e Paião (2023) em seu trabalho que trata dos recursos naturais utilizados pela navegação a vapor na Amazônia, informam que desde sua definitiva introdução nessa região, em 1853, os vapores mercantes recorreram mais à madeira do que ao carvão como combustível. Esses autores informam que: “*Na primeira viagem a vapor pelo Rio Amazonas (1843), a bordo do vapor de guerra Guapiaçu,*



o Tenente José Maria Nogueira foi o primeiro a perceber a inviabilidade do carvão mineral. O que se tinha de carvão na região era importado da Europa, e isso elevava incrivelmente os custos das viagens. A solução encontrada pela comitiva e pela tripulação foi testar diferentes substitutos de combustível. O uso da madeira local foi o mais indicado, embora não fosse a melhor opção devido à necessidade de uma infraestrutura de extração, acondicionamento e fornecimento. Por conta disso, o Tenente Nogueira aconselhou em seu relatório que de Belém a Manaus deveriam ser construídos portos adequados para fornecer combustível aos futuros vapores do Rio Amazonas”.

Os pequenos produtores retiravam a lenha e vendiam aos comerciantes “mais fortes” (aqueles de maior poder aquisitivo da região) e estes os revendiam aos navios. No Rio da Ilha não havia comerciante forte, por isso os moradores atravessavam o Paraná para vender aos três principais comerciantes da região: Floriano Sousa – Casa Santa Cruz, Centro Comercial Amazônia – da firma Fernandes Nunes Companhia LTDA e Antônio Gomes no Paraná de Baixo de Óbidos/PA.

Os navios aportavam nesses comércios e compravam toda a produção da região, além de abastecer os comércios com estivas em geral (tecidos, redes, roupas, velas para canoas, querosene, potes, bilhas, vasos, algodão) e produtos alimentícios (açúcar, bolachas, mel e outros mais), que os revendiam aos moradores da região, dentre eles os do Rio da Ilha de Itamaracá.

Nos dois primeiros séculos de existência da comunidade do Rio da Ilha do Itamaracá as transações econômicas baseavam-se em relações de escambo, onde os pequenos produtores entregavam seus produtos em troca de mercadorias - lenha, peixes, tabaco e frutos em troca de açúcar, querosene, sabão, munição etc. A moeda (dinheiro em espécie) era produto muito raro, somente os comerciantes e grandes produtores possuíam o privilégio de tê-lo em sua propriedade. A firma Fernandes Nunes chegou até a cunhar suas próprias moedas para monopolizar o comércio na região.

Os donos do comércio também eram os donos das terras e todos(as) que habitavam nelas eram obrigados a vender os seus produtos para o comerciante proprietário. Nos pleitos eleitorais eram obrigados a votar nos candidatos da família do comerciante ou seus indicados. Também eram nas residências desses comerciantes que os padres se hospedavam de tempo em tempo e celebravam missas e os batizados das crianças no interior de suas residências, onde mantinham seus grandes oratórios com seus santos/as de devoção. Lá eram reforçadas as relações de compadrio e da religião católica.

Era uma rede de dependência na qual os pequenos produtores estavam sempre atrelados a alguém de maior poder aquisitivo que os submetia a essa economia extrativista baseada no escambo e submissão política, econômica e social. Embora os moradores do Rio da Ilha não se enquadrassem na relação dominial das terras, pois ocuparam terras devolutas, terras baixas (várzea), de menor valor pecuniário, eles não escapavam das outras formas de dominação dos grandes comerciantes da região.

Foi a partir da década de 1950 até os anos de 1990, com o ciclo da produção de fibra da juta, junto com o peixe e o jacaré salgado-seco, que começaram a surgir os primeiros comerciantes no Rio



da Ilha Itamaracá. Estes comercializavam as mercadorias de secos e molhados e concorriam na compra da fibra da juta, do peixe liso salgado-seco, do couro e carne salgada-seco de jacaré, compra e venda de gêneros da terra-firme (palha de babaçu e de curuá, farinha de mandioca, cipó para cercas, breu para calafeto de canoas entre outros gêneros) para manter a freguesia local e das outras localidades vizinhas, atendendo as necessidades básicas da população naquele tempo.

A partir dos anos 2000, os comerciantes que estavam na ativa começam a vender combustíveis (óleo diesel, lubrificante, gás de cozinha - GLP), atendendo a crescente demanda de gasolina com aumento do uso de motores rabetas e de lanchas. Os principais proprietários de mercearias foram: Antônio Edson de oliveira Marinho, Sebastião Carvalho Peres, Raimundo Ribeiro Souza (falecido), Denilson Carvalho Peres, os irmãos Onéias Oliveira Ribeiro e Manoel Onéssimo Oliveira Ribeiro, José Elilson Carvalho Marinho e José Ademir Vasconcelos Carvalho.

3.2 ELEMENTOS SOCIAIS

A comunidade foco do estudo foi edificada nas tradições da Igreja Católica, tendo iniciadas as celebrações das missas e batizados antes de existir ali uma capela. As reuniões ocorriam na casa da família de um dos moradores mais antigos do lugar, de nome Simão Gomes (da Ilha Itamaracá), que tinha devoção a São Sebastião e guardava sua imagem num oratório, onde acolhia o padre da Paróquia de Alenquer, quando este visitava a localidade para realizar a celebração da missa.

Entre as festividades locais, a festa de arraial do padroeiro São Sebastião (desde a criação da comunidade), acontecia em todos os anos na segunda semana do mês de dezembro, com a participação de todas as famílias. A festa não era realizada em janeiro devido ao início das chuvas do inverno e da enchente das águas do rio Amazonas. A partir da chegada de uma Igreja Evangélica, no final dos anos 80, houve a criação de uma nova comunidade localizada na mesma ilha, formada por ex-moradores da comunidade Rio da Ilha Itamaracá e que passou a ser denominada Rio da Ilha São Francisco, sobre a orientação da Paróquia de Alenquer, tendo como padroeiro São Francisco de Assis, cuja festividade é comemorada no final de setembro, próximo ao dia 04 de outubro (dia de São Francisco). No entanto, já se tornou rotina os comunitários promoverem a festividade algumas semanas antes, em caso de períodos de seca extrema. Ou seja, essas datas podem variar anualmente.

As festas dançantes e torneios de futebol nos anos 80 e 90 foram as maiores atrações de divertimento nessa região de várzea, por onde se andava nos finais de semana e se promoviam encontros com festas dançantes e torneios de futebol que contavam com diversos prêmios. A participação das comunidades vizinhas, nas festas realizadas por outras comunidades, era uma forma de “pagar” as visitas que uma fazia à outra (troca de visitas).

A comunidade promove torneio de futebol e festa dançante no primeiro sábado de setembro de cada ano desde os anos de 1980, ano em que passou a ter sua sede própria e campo de futebol na



comunidade Rio da Ilha Itamaracá, próximo a igreja de São Sebastião. Os torneios só foram paralisados em virtude da pandemia de Covid 19, mas retornou nos dois últimos anos. Na comunidade existiram vários times de futebol conforme relatos de um ex-jogador, o Sr. Valdiner Gomes Ribeiro (pescador aposentado), com nomes de Onze Amigos e ABC, mas que atualmente existem só dois clubes: Nacional Futebol Clube e Leãozinho Futebol Clube. No Rio da Ilha Itamaracá, o time de futebol local, Nacional Futebol Clube (NFC), tem tradição em toda região do Paraná Miri, desde que pertencia a Alenquer, e nos torneios que ocorrem no Paraná de Baixo de Óbidos.

3.3 O COTIDIANO NA ATIVIDADE PESQUEIRA (RELATO PESSOAL DO PRIMEIRO AUTOR)

3.3.1 *Relações Sociais e Ambientais*

No início da década de 1980 principiei minhas primeiras experiências como aprendiz de pescador. Foi na companhia de meu pai, Antônio Silva, vulgo Capim Gordura (seu apelido). Eu era o piloto na popa de uma canoa a remo. Enquanto minha mãe, Antônia da Silva Rocha, conhecida como Boneca, ficava em casa cuidando dos meus irmãos e irmãs (somos cinco homens e seis mulheres) e dos trabalhos de juta e maniva (nome dado a roça de mandioca).

Eu e papai, junto a outros parceiros de pescarias, saíamos para pescar no Lago do Jauari, que se distanciava de três a quatro horas de remo (entre 15 e 20 km) de nossa casa, dependendo da escolha do trajeto e do período do ano que se viajava. Eram 4 opções de viagens pra chegar no lago: 1) subindo o Paraná de Baixo com entrada no lago pelo Igarapé Pinto; 2) atravessando o Paraná Miri com entradas pelo igarapé do São Pedro e 3) baixando o Paraná Miri com entrada pelo Igarapé da Casa Grande (local onde tinha um Centro Comercial), com chegada no lago pela ponta do Tostão ou enseada das Tábuas.

Nesse local comecei a acompanhar meu pai desde os 9 anos de idade (1980), na canoa a remo com tolda e japá (uma cobertura de palha preta torcida) feito por ele mesmo, tecido de palha preta-curua (*Orblgnya spectabilis*) ou Urucurí (*Syagrus coronata*), que servia como abrigo das chuvas e do Sol, protegendo as bagagens pessoais e os peixes salgados de baixo do estrado de tábua.

As pescarias que fazíamos nesse tempo eram tanto na subida quanto na descida das águas do rio Amazonas, períodos conhecidos na região como período da enchente e da vazante, onde as principais espécies capturadas eram: tambaqui (*Colossoma macropomum*), pirarucu (*Arapaima gigas*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), curimatã (*Prochilodus nigricans*), pacu (*Mylossoma spp.*), pescada branca (*Plagioscion equamosissimus*), tucunaré (*Cichla spp.*), acari (*Pterygoplichthys pardalis*), tamuatá (*Hoplosternum littorale*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), cará-açu (*Astronotus crassipinnis*), jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), cujuba (*Oxydoras niger*), bacu (*Lithodoras dorsalis*), surubim (*Pseudoplatystoma punctifer*), o caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), jaú (*Zungaro zungaro*) e pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*).



No período do verão se pescava também com tarrafa e malhadeira nos pontos em que se via a movimentação dos peixes, tanto espantando eles ou fazendo onda, onde se colocava também malhadeiras nas beiradas do Lago “Jauari” nas partes rasas que ficavam nesse período denominadas de baixio, pescando espécies como: acari, tamoatá, curimatã, aruanã, acarã-açu e tucunaré. No período da enchente as pescarias eram feitas com diversos apetrechos: malhadeira, tarrafa, arco e flexa, zagaia, caniço, espinhel e arpão. Os pontos de pesca se concentravam nos igapós das baixas e restingas e, nos Lagos Jauari e Lago Velho, capturando com frequência as espécies mais abundantes desse período (Tabela 1).

A curimatã, o pacu, o acari, a cujuba e a pescada branca são tipos de peixes que naturalmente formam cardumes e se renovavam a cada ano. O pirarucu, o tambaqui e o tucunaré, por serem espécies de maior preferência dos restaurantes e peixarias nas cidades da região são mais valorizadas. Já o surubim, a dourada, o jaú e a pirarara são espécies que passaram a serem valorizadas como salgado-seco (1970 em diante) e, posteriormente na venda resfriado ao gelo para os frigoríficos (1982).

Na época da piracema (fevereiro e março), ocorre a desova de várias espécies de peixes. Essas espécies têm diferentes estratégias para a reprodução. Sempre víamos que a curimatã formava cardumes para desovar (saía dos lagos para a correnteza dos rios), elas iam saindo pelo igarapé do Lago Velho e no igarapé Pinto, na desembocadura de cima do Lago Jauari e Lago dos Botos, que acabaram se tornando os pontos de captura mais procurados por pescadores do Rio da Ilha Itamaracá.

Tabela 1. Ambientes de pesca e espécies exploradas

| Espécie | Nome científico | Igarapé | Igapó | Aningaís | Lago | Rio |
|-------------|--------------------------------------|---------|-------|----------|------|-----|
| Acari | <i>Pterygoplichthys pardalis</i> | x | x | x | x | |
| Curimatã | <i>Prochilodus nigricans</i> | x | x | x | x | x |
| Aruanã | <i>Osteoglossum bicirrhosum</i> | x | x | x | x | x |
| Tamoatã | <i>Hoplosternum littorale</i> | x | x | x | x | |
| Cara-uacu | <i>Astronotus crassipinnis</i> | x | x | x | x | |
| Aracu | <i>Schizodon fasciatus</i> | x | x | | x | x |
| Pacu | <i>Mylossoma spp</i> | x | x | | x | x |
| Pescada | <i>Plagioscion equamosissimus</i> | | | | x | x |
| Surubim | <i>Pseudoplatystoma punctifer</i> | x | x | | x | x |
| Cujuba | <i>Oxydoras niger</i> | x | x | | x | x |
| Bacu | <i>Lithodoras dorsalis</i> | x | x | | x | x |
| Pirapiranga | <i>Piaractus brachipomus</i> | x | x | x | x | x |
| Tambaqui | <i>Colossoma macropomum</i> | x | x | x | x | x |
| Tucunaré | <i>Cichla spp.</i> | x | x | | x | x |
| Pirarucu | <i>Arapaima gigas</i> | x | x | x | x | x |
| Dourada | <i>Brachyplatystoma rousseauxii</i> | | | | x | x |
| Caparari | <i>Pseudoplatystoma tigrinum</i> | x | | | x | x |
| Jaú | <i>Zungaro zungaro</i> | | | | x | x |
| Pirarara | <i>Phractocephalus hemiliopterus</i> | x | | | x | x |
| Traira | <i>Hoplias malabaricus</i> | x | x | | x | x |
| Jeju | <i>Hoplerethrinus unitaeniatus</i> | x | x | x | x | x |

Fonte: Autores



A gente também via o acari indo desovar nos igarapés e nas margens mais profundas dos chamados ‘barrancos’ dos lagos, onde são lugares propícios para escavarem seus ninhos no barro desses ambientes, isso a gente via eles fazerem no Lago Velho, Paraná de Baixo, no igarapé do Amador/Auerana (pertencente a Óbidos/PA) e no Igarapé do Paracuúba e em vários lagotes na praia, com entrada pela boca do Paraná Miri (pertenciam a Alenquer na época e, atualmente pertence ao município de Curuá/PA). Após a desova, os filhotes se distribuíam na subida das águas pelos igapós onde vão se alimentar e crescer, recompondo o estoque de acaris que eram capturados e consumidos na comunidade Rio da Ilha Itamaracá.

O comportamento reprodutivo aqui descrito para o acari, assim como o local escolhido para desovar estão de acordo com trabalho de Lima et al. (2025), onde esses autores descrevem que o acari desova no início da seca se estendendo até a enchente, desovam em lagos e constroem “ninhos” ao cavar buracos para realizar a desova uma vez por ano.

Alguns de nossos ancestrais habitavam o mocambo “Silêncio do Matá”, outros na Vila Zita no Paraná de Baixo, ambos locais pertenciam à Óbidos/PA. Meu bisavô materno, José Antônio da Silva, se fixou na comunidade Rio da Ilha Itamaracá, onde casou-se com Antônia Leão Pinto que com o casamento passou a assinar-se Antônia Leão da Silva, com a qual constituiu uma numerosa família, que ainda cresce a cada ano.

O livro “Puxirum” de Azevedo (2002) relata as memórias dos negros do Oeste Paraense e nessa obra o meu bisavô é citado como uma das pessoas que foi entrevistada. Nesse livro a pesca do pirarucu e a preferência pelos peixes maiores é descrita: *“num quero comê ventrecha de peixinho, este seu peixe aqui ainda é pequeno (bodeção de 25 a 30 kg). Vamo cumê deste! Lá um assado de ventrecha. Hum...”*.

A arte de pescar o pirarucu com arpão e hástrea era praticada por ascendentes de nossa família, como o meu tataravô, Casemiro da Silva, e meu bisavô Zé da Silva, que eram pescadores de pirarucu num ponto de pesca conhecido por “Prainha”, que fica na entrada atrás do igarapé Pinto no Lago Jauari (ou Lago Grande como os antigos chamavam). A fala dos entrevistados, no livro de Azevedo (2002), nos confirma as histórias orais de nossos ancestrais. O local onde moravam, as técnicas utilizadas para adquirir o peixe para a manutenção de suas subsistências, os lugares onde os peixes se alimentavam e a consciência da conservação da espécie, já eram descritas pelo meu bisavô Zé da Silva, na preferência da captura dos maiores peixes.

Como nessa época havia bastante pirarucu no Lago Jauari, a procura era de arpoar os exemplares grandes para garantir mais mantas de carne do peixe (postas) por cada ‘viagem a remo’ que faziam ao Lago Jauari, onde era a “Prainha” da época. Hoje em dia é uma área de pastagem de gado no verão, por conta do assoreamento daquela parte do lago onde se faziam a pesca do pirarucu, que eram arpoados no pasto na época da enchente.



A partir do ano de 1985, começamos nossas pescarias por conta própria com os meus irmãos, o mais velho, Raimundo Élon Rocha Silva e mais tarde com o mais novo depois de mim, José Lúcio Rocha Silva. Primeiro começamos com as pescarias nos igapós de perto da comunidade, depois no Lago Jauari e Lago dos Botos no período da enchente, período de mais abundância de peixes (tambaqui, curimatá, pirapitinga, pacu, pescada branca entre outros). A pesca nos rios era feita com malhadeira, conhecida como bubueira, que era utilizada para pescar dourada (douradeira). Foi nesse tempo que comecei a participar dos movimentos da Igreja Católica e na organização da categoria profissional de pescadores da Colônia de Pescadores Z-28, pertencente à Alenquer/PA, para conseguir documentação aos pescadores e associá-los na capatazia, buscando maior participação.

Quando completei 21 anos (1992), após a morte de meu pai (1994) e parceiro de pesca, passei a me enturmar com outros colegas pescadores (da comunidade, e uns vizinhos). Saíamos para pescar e nossa produção era destinada para a venda nos barcos geleiros, porque preferíamos vender o peixe fresco ao salgado, porque dava muito trabalho salgar. Eram barcos compradores da região, principalmente de Santarém e Óbidos (compravam a produção de pescadores nos sítios de pesca) ou mistos (que têm sua equipe de pescadores que efetuam a captura e que comprem a produção de outros pescadores), com capacidade de carga mais ou menos de 3 a 5 toneladas. Os comandantes dos barcos costumavam pagar em dinheiro ou trocar (escambo) a nossa produção pela despesa de casa (rancho e querosene). Além disso, aviavam (financiavam a pesca) com arreios (apetrechos todos) e remo e, em troca, vendíamos a produção para eles.

Outro local utilizado para a pesca era o Lago Velho, que fica localizado à margem direita do Paraná de Baixo, em Óbidos, onde a pescaria era permitida com a “licença do proprietário” do terreno que circundava o lago durante o período de verão (quando o lago ficava isolado), chamado de José Simões, que permitia somente o uso da tarrafa ou arco e flexa por vez (não deixava usar malhadeira), “no horário combinado” com o Senhor José Simões (manhã ou à tarde), conforme estivesse desocupada de pescador na sua canoa da beira do lago (de propriedade dele que ficava dentro do lago).

Nesse lago as principais espécies capturadas eram: acari, curimatã, aruanã, surubim, tucunaré, cará-açu (*Astronotus ocellatus*) e branquinha (*Curimata inornata*). Na enchente e cheia as pescarias eram mais para a captura do pirarucu, com uso do arpão no pari (cercado numa estrada no igapó, pelo aningal, com varinhas, deixando só uma passagem para os peixes passarem, facilitando a captura) ou na boiada (respiração aérea), próximo dos ninhos ou nos aningais e buracos no capinzal no mesmo lago do senhor José Simões.

Nesse lago, como destacado anteriormente, a pesca era realizada com a licença do então proprietário, o senhor José Simões, que exigia do pescador sua parte. Dessa forma, o peixe capturado (com o tal consentimento), era dividido em bandas e cada posta (manta) e metade da ventrecha (manta gorda do abdômen), de cada pirarucu era repartida, para não se perder a “licença” para fazer outras



pescarias. Esse lago era considerado como um ambiente muito produtor de peixes de diversas espécies e de grande importância para pesca de subsistência.

Os outros pescadores do Rio da Ilha Itamaracá, que pescaram pirarucu por mais tempo no lago Velho, na época além do meu pai, foram: Manoel José de Oliveira Ribeiro (Zequinha), Manoel Valdir de Oliveira Ribeiro (mingote), Emídio Souza, Raimundo da Mota Viana (Piraíba) e Raimundo Batista da Silva (Guereré). As pescarias no igapó e aningal desse lago, segundo esses pescadores, eram sempre em meio de muitos carapanãs (Família: Culicidae), que atacavam com mais frequência durante a noite e quase sem dar sossego aos pescadores, que apelavam para o cigarro de “tabaco de molho ou de corda” que era picado e colocado num fogareiro para fazer fumaça e afastar os carapanãs. Na ausência do tabaco se usava os cupinzeiros para fazer fumaça.

A pesca do pirarucu também era realizada com o petrecho conhecido como rapazinho (uma linha grossa de algodão sintético – trancelim de 5 mm ou 6 mm e até mais grosso, de 3 e 4 braças de comprimento, com anzol grande nº 01, de tenda ou feito artesanal de vergalhão). Além do espinhel, onde também se capturavam outras espécies como: o surubim, pirarara, jau (*Zungaro zungaro*), bacu (*Lithodoras dorsalis*). Nessa pesca os pescadores precisavam ficar a noite para revistar os arreios e fazer a despesca, tão logo o peixe fizesse barulho da batida na água quando fisgado pelo anzol (para não fazer barulho e afugentar os outros nas outras iscas).

No Lago Sapucaia (Curuá/PA), que fica localizado na Ilha Itamaracá, a pesca é feita para subsistência das famílias do entorno, onde as pescarias são realizadas com tarrafa no verão, arco e flecha na época de friagem. No período de enchente, quando vai alagando com as chuvas mais intensas nas baixas e restingas ao redor do lago, a água fica preta e ácida, fenômeno provocado pelo aprecimento do capim (é demias vegetação submerça) que deixam a água com cheiro podre, provocano o que denominamos de “friagem” (ou seja, a queda na quantidade de oxigênio no ambiente aquático). Nesse período os peixes se refugiam para a região do lago aberto, sobem à superfície da água e ficam boqueando de “uaiú” (ficam próximo a superfície das águas captando a camada mais superficial que possui maior concentração de oxigênio) por falta de oxigênio dissolvido, aí ficam presa fácil para captura com arco e flexa.

Nas pescarias na época de enchente, quando ocorria a desova da curimatá por toda beirada dos igarapés e paranás, começaram a vir as grandes geleiras de Belém (nos anos 1970 ao início de 1980) e mais tarde nos barcos geleiros locais (Santarém, Óbidos e depois dos pescadores locais que conseguiam comprar seus próprios barcos). Nessa época não havia portaria do defeso e os pescadores locais acompanhavam os cardumes que saíam do lago (Jauarí) pelo Igarapé Pinto e se utilizavam de malhadeiras e tarrafas para a captura.

Os dados aqui descritos demonstram o quanto é apurada as informações sobre a formação dos cardumes migratórios nos lagos de várzea da região. Os cardumes são formados por peixes de uma



mesma espécie e têm como principais funções a proteção contra predadores, aumentar as chances de acasalamento e tornar mais eficiente a busca por alimentos. Em um trabalho realizado com pescadores artesanais no estuário do rio Mamanguape, na Paraíba, Mourão e Nordi (2003) comentam que os pescadores estudados denominam “*peixes que andam em manta*” para aqueles que se movimentam em cardumes. Esta categoria também descrita neste trabalho foi verificada e discutida por Braga e Rebêlo (2017) para os pescadores especialistas do Baixo rio Juruá, no estado do Amazonas, que informaram que os cardumes são formados por peixes da mesma espécie ou por espécies “aparentadas” que migram na época da enchente, que vai até o final de março naquela região.

3.3.2 Relações Sociais Na Pesca e Estratégias de Sobrevivência

Para alimentar muitos trabalhadores no tempo dos puxiruns dos roçados de juta (puxirum, palavra de origem indígena que significa ajuntamento de gente com finalidade de fazer algum trabalho cooperativo), que começavam desde a capinagem ou derrubadas do mato nas restingas das terras férteis de várzea até o plantio e a colheita da fibra de juta. A principal fonte de alimentação dos trabalhadores era uma grande variedade de espécies de peixes que eram capturados nos campos alagados e aningaís, com destaque para: acari, tamuatá, curimatá, tambaqui, pirapitinga, pacu, tucunaré, aruanã e cará-açu, surubim, jaú, bacu e kujuba.

Além dos homens pescadores, havia também as mulheres pescadoras, que realizavam a atividade de pesca de subsistência nessa época e pescavam com uma grande variedade de apetrechos. Mulheres casadas, algumas viúvas e solteiras, faziam pesca com caniço, malhadeira e espinhel nos igapós, nas baixadas e restingas próximas das casas e dos roçados no período da enchente e cheia. Além da pesca, elas também trabalhavam na colheita (corte e lavagem) da fibra da juta. Na ausência dos maridos e filhos maiores que faziam a pesca do sustento da família, eram as mulheres que saíam para a pescaria. Além do uso dos apetrechos, as mulheres sabiam confeccionar e concertar as malhadeiras.

Os peixes mais capturados pelas mulheres com uso do caniço eram: sardinha, pacu, jejú, carauçu, bocó/tambaqui, caparóta/pirapitinga pequena e até as piranhas. Na pescaria de espinhel elas usavam as iscas de sardinha e pacuzinho/pacu para pescar peixe-liso (surubim, jaú e pirarara). Com as frutas catauari, marajá, pupunha e o fruto da aninga elas pescavam tambaqui, pirapitinga e bacu. Nas pescarias as mulheres embarcavam em canoas e botes de madeira, movidas a remo, e com o uso do variãozinho (vara preparada para empurrar o capim, feitas principalmente de envira preta, de pindaúba e de ingazeiro) para chegar nos ambientes das pescarias.

Aqui vamos chamá-las conforme conhecidas na comunidade e vizinhança, minha Mãe Antonia da Silva Rocha – dona Boneca, praticava a pescaria com malhadeira, caniço, espinhel e linha de mão, também tecia e consertava malhadeira e tarrafa ajudando o meu pai na manutenção desses apetrechos.



Algumas vezes ela fazia pescaria de espinhel, pegando iscas de pacuzinho/pacu ou sardinhas para pescar peixe-liso (surubim, pirarara, jaú e jundiá). De caniço ela pegava pirapitinga e pacu, de malhadeira capturava diversos peixes (curimatá, tambaqui, surubim, pacu, pirapitinga, acará, cara-uaçu e outros).

Outras pescadoras “de mão cheia” e que merecem destaques são: a senhora Deuzarina Carvalho Peres (dona Dica); a dona Maria de Lourdes Ribeiro; a senhora Maria Jacy Oliveira Ribeiro; a senhora Maria do Rosário Rabelo Ribeiro; A senhora Zuleide Rezende Carvalho (dona Zuzu). Todas elas eram pescadoras e assim como fazia minha mãe, elas puxavam de caniço os pacuzinhos/pacu para a pesca de peixe-liso de espinhel nas beiradas do Sauaçu e do Lago Velho. Devemos destacar que a senhora Maria do Rosário Rabelo Ribeiro, era uma das poucas pescadoras que tecia e consertava malhadeira e tarrafa com o marido pescador. Atualmente Maria do Rosário e Maria Jacy são viúvas e moram na cidade de Curuá.

Algumas pescadoras merecem um comentário à parte, como por exemplo, a senhora Florinda de Oliveira Ribeiro, carinhosamente conhecida como dona Foluca, era uma senhora muito conhecida por ser a parteira da comunidade e localidades vizinhas, que assistia muitas mulheres nos partos dos recém-nascidos da nossa geração, mas que também tinha disposição e gosto pela pescaria de caniço e linha de mão, de malhadeira nos igapós e baixadas da Ilha Itamaracá, ela era esposa do senhor Ideraldo Pereira Ribeiro (Pequenino). A senhora Franquelina Carvalho, também merece destaque porque era a mais idosa das mulheres pescadoras, mas ainda tinha disposição, de vez em quando saía a uma pescaria de caniço para pescar (sardinha, jeju, cara-uaçu e bocozinho/tambaqui pequeno) na época da cheia, na sua canoa comprida de nome ‘gatinha’, que era contruida com três tábuas, o que provocava muitas rizadas daquele ‘feitio de canoa’.

3.4 PRIMEIRAS PESCARIAS COM USO DE MALHADEIRA

Segundo relatos de um dos moradores mais antigos (Sr. Manoel de Oliveira Corrêa, seu Tita de 97 anos) “*in memoriam*” (faleceu em 2023), a malhadeira no Rio da Ilha Itamaracá era do mesmo tempo da juta e teve inicio a partir dos anos 1940, quando ele tinha 18 anos, pois ele lembrava que foi de um regatão que veio de Santarém, pertencente a um comerciante por nome de Milton Marques, denominado de regatão Cosme & Damião, que deixaram a malhadeira de 50 m de comprimento por 4m de altura (em fardos) e como eram muito altas, eles partiam ao meio e faziam duas malhadeiras de 50m de comprimento por 2m de altura, com linha 024 mm, com um palmo de malha.

Quem primeiro comprou malhadeira na região foi o Sr. Emídio Freitas (conhecido por “Emídio sapo”), que não sabia pescar com a malhadeira. Com isso quem estreitou a malhadeira foi o Seu Tita, junto com o Manoel (Muxinga), enteado do Emídio sapo e filho da Nazaré Carvalho (mulher do Emídio Freitas). Eles pescaram pela primeira vez com malhadeira no Lago Jauarí, pegaram só peixes grandes



(todos acima dos 10kg), sendo 18 (dezoito) tambaquis e 1 (uma) dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) na primeira revisada. Depois em outra revista (uma a duas horas depois, porque as malhadeiras enrolavam, após a captura de peixes grandes, que acabava dificultando a captura de outros peixes), pegaram mais uns tambaquis, cujuba e dourada, só peixes dos grandes, porque foi só o que a canoa aguentava (300 kg mais ou menos) para viajar de volta para casa na mesma noite, para amanhecer em casa na comunidade Rio da Ilha Itamaracá

Naquela época (por volta de 1940) ninguém na região sabia consertar malhadeiras “*a gente não sabia consertar a malhadeira, mas depois aprendemos, a partir de 1945 para frente, pelo costume e uso contínuo da malhadeira*”, informou seu Tita. No mesmo período, o senhor Mário Gomes (filho do Sr. Simão Gomes) se destaca na região como o homem que sabia fazer tarrafa. Mário Gomes foi um morador do Rio da Ilha Itamaracá que aprendeu a prática de fazer as tarrafas e recebia muitas encomendas dos pescadores que não sabiam tecer o apetrecho, por isso diziam que este “ganhou muito dinheiro”, não se sabe quanto na moeda do dinheiro da época, momento em que no Brasil já havia sido substituído o Réis (Rs) em outubro de 1942 pelo Cruzeiro (Cr\$) no governo Getúlio Vargas, então na época o senhor Mário Gomes já podia cobrar em cruzeiro para preparar uma tarrafa pronta, tecida e entalhada.

Segundo o Sr. Valdiner Ribeiro, seu pai Joaquim Ribeiro comprou a primeira malhadeira de mica de linha 0,50 mm pronta, entalhada por meados dos anos 1960, do Regatão Cosme & Damião, do comerciante Milton Marques de Santarém/PA e logo foram estreiar numa pescaria no Lago Jauari e pegaram muitos peixes de todas as espécies que a malhadeira aguentava.

As malhadeiras foram observadas com pouca frequência em 1960 e mais frequentemente a partir da década de 70 (Batista et al., 2004; Smith, 1979), possibilitando maior eficiência de captura do pescado permitindo maior poder de pesca e, conseqüentemente, maior pressão sobre os estoques pesqueiros. Smith (1979) em sua publicação caracteriza o uso em larga escala desse apetrecho no ano de 1955, e há evidências de uso no Pará em meados do século XX. Seu uso foi pouco difundido até a introdução de fibras sintéticas, que resistem por mais tempo.

Laurido e Braga (2018) afirmam, com base em um trabalho realizado com pescadores na comunidade Boca do Arapirí, em Alenquer-Pa, que nessa região essas redes malhadeiras surgiram na comunidade há aproximadamente 65 anos, na década de 50. As informações descritas por esses autores estão de acordo com as afirmações de McGrath et al. (1993) que ressaltam que a principal inovação tecnológica da pesca se deu a partir da introdução das fibras de monofilamento e o crescente uso das redes de emalhar a partir de 1950, com popularização na década de 60 quando o náilon se tornou mais acessível.



4 CONCLUSÕES

O conhecimento adquirido com a prática de pesca entre os moradores da comunidade era e continua amplo e compartilhado entre famílias e parceiros de pescarias, o que incluía as mulheres nessa atividade. Para isso os pescadores e pescadoras usavam diversos ambientes para suas pescarias, de acordo com o objetivo das pescarias, das espécies alvos e dependendo da época do ano e do nível do rio Amazonas.

As atividades de pesca nesta região eram realizadas com apetrechos considerados simples, como: arco e flecha, caniço, artea, arpão, rapazinho, linha comprida e espinhel. Somente após os anos 40 em diante é que surgem as malhadeiras e tarrafas e com isso, ocorreu o aumento das capturas, com o surgimento de vários tipos de malhadeiras de acordo com a espécie alvo a ser capturada.

O surgimento de novos aparelhos de pesca provocou um aumento na captura de peixes com o objetivo de comercialização, principalmente do peixe salgado e depois, com o surgimento dos barcos geleiros, a comercialização que era feito com peixe no gelo. No decorrer desse processo outras atividades paralelas foram surgindo como a presença da juta que foi uma importante atividade econômica e fonte de renda na região durante uns 50 anos.



REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Idaliana Marinho: Organizadora: “Puxirum; memórias dos negros do oeste paraense”. Belém: IAP, 2002. P. 135 e 136.
- BARBOSA, E. B.; PEREIRA, H. S. Economia histórica da Amazônia: produção, distribuição e consumo de produtos da amazônia no século XVIII. Revista DELOS, Curitiba, v.18, n.73, p. 01-30, 2025
- BRAGA, T. M. P.; REBÊLO, G. H. Traditional Knowledge of the Fishermen of the Lower Juruá River: Understanding the Reproductive Patterns of the Region’s Fish Species. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 40, p. 385-397, abril 2017.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. C. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: Estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). Ambiente & Sociedade, Campinas v. XIV, n. 2, p. 15 -33, jul.-dez. 2011.
- CARDIN, E. G. La historia de una vida en situación de frontera: migración, peración y trabajo en el “circuito sacoleiro”. Revista De Estudios Sociales, 1(48), 100–109, 2014.
<https://doi.org/10.7440/res48.2014.08>.
- CAVALLI, G. B. M.; CORREA, J. S. L.; SARAIVA, L. J. C. Pescando memórias: ensaio etnográfico com pescadores artesanais sobre a atividade da pesca em diferentes contextos. Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – Ano 9, Vol IX, Número 2, Jul-Dez, 2017, Pág. 124-137.
- CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.
- DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000.
- FAPESPA. Estatística Municipal de Curuá. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa, Publicação Oficial, 2023, 66 p.
- FERREIRA, A. S.; HOMMA, A. K. A colonização Britânica e o declínio da produção de Juta Indiana: singularidades e possibilidades para a Amazônia. Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 21 | n. 37 | p. 39-57 | Jan. / Jun. 2019.
- GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2006
- LEAL, D. A.; PAIÃO, C. G. S. Trabalhadores e impacto ecológico: os portos de lenha e o uso dos recursos naturais pela navegação a vapor na Amazônia (da segunda metade do século XIX ao início do século XX). *Navigator*: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V.19, nº37, p. 46-58 – 2023.
- LIMA, E. M. M.; SOUSA, W. L.; ROCHA, R. L. Q.; BRAGA, T. M. P.; MCGRATH, D. G. Conhecimento ecológico local sobre aspectos reprodutivos de acari (*Pterygoplichthys pardalis*) na várzea do Baixo Amazonas, Pará, Brasil. PerCursos, Florianópolis, v. 26, e0501, 2025.



LIMA, M. G. M. O migrante de pesca e o espaço urbano. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, p. 33-49, set-dez. 2007.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. 2003. Etnoictiologia de Pescadores Artesanais do Estuário do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil. B. Inst. Pesca, São Paulo, 29(1): 9 – 17.

OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R.; SCACHETTI, R. E. NAGIB, V. Identidades de pescadores caiçaras: heroísmo e precariedade em populações tradicionais? Desenv. Meio Ambiente, v. 41, p. 124-139, agosto 2017.

SARTORI, J. Memória de Idosos. Sem Aspas, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 95-107, 2013

SOARES, F. I. L.; VIEIRA, T. A.; FARIAS, M. A. S.; MACHADO, V. M. Mercados Institucionais e Agricultura Familiar: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região do Baixo Amazonas. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 53, n. 4, p. 173-185, out./dez., 2022.

STEFANUTTI, P.; GROGORY, V.; CASTRO NETO, N. Hábitos alimentares e aspectos do cotidiano vivenciado: Narrativas de Pescadores de Foz do Iguaçu, a partir de 1959. Pleiade, 08 (14):83-100, Jan./Jun., 2014.

